

Entre os vidros e os moldes

Marinha Grande - um espaço de industrialização

Maria Clementina Henriques

Rui Brites Silva

Suzete Laranjeira *

Introdução

Este artigo tem como base um estudo de caso efectuado na Marinha Grande no decurso do ano lectivo de 1988/89¹ cuja preocupação central era a compreensão da lógica da estrutura produtiva de um espaço altamente industrializado em que três tipos de produção industrial: vidros, moldes para plásticos e artigos e matérias plásticas concentravam em si uma esmagadora percentagem do emprego, do produto e da produção.

Articula-se em duas partes: a primeira, eminentemente teórica, equaciona os instrumentos conceptuais utilizados no estudo; a segunda dá conta do estudo propriamente dito. Começa por apresentar uma caracterização do concelho e da estrutura produtiva, partindo daí para a verificação dos conceitos utilizados, a saber: *sistema produtivo local*, *mercado local de trabalho*, *caracterização da relação salarial*. Seguidamente procede-se a uma "leitura" da crise dos vidros articulada com o "boom" da indústria de moldes, questionando-se o grau de autonomia do concelho face aos constrangimentos de ordem externa - tendo em conta, por exemplo, a relativa especialização da estrutura produtiva - e a sua capacidade, ou não, de fazer face a esses constrangimentos.

* Alunos do curso de Sociologia do ISCTE

I Parte

1.1. Espaço, região e desenvolvimento: a endogenia do local

As teorias que concebem o *desenvolvimento* como um fenómeno induzido a partir de cima e agindo indistintamente sobre um espaço geográfico-temporal mais ou menos passivo e cuja capacidade de reacção tinha mais a ver com factores de ordem exógena do que com factores de ordem endógena, estão hoje relativamente desacreditadas². Com efeito, o que parece estar hoje amplamente demonstrado é que o crescimento de uma economia - local ou nacional - depende do seu potencial endógeno de crescimento. Qualquer factor exógeno de crescimento está iniludivelmente condicionado pelo desenvolvimento endógeno que, em sentido amplo, engloba todos os factores que contribuem para o desenvolvimento regional, desde o clima, a situação geográfica, os recursos materiais, as infra-estruturas de transportes e comunicações, as aglomerações urbanas, o capital físico e humano, etc.

Este ponto de vista emerge com mais acuidade quando se verificam diferentes formas de reacção a um mesmo fenómeno. As crises económicas são um bom momento para observar isso mesmo, e a última, a *crise do fordismo*³, a que a Escola da Regulação⁴ deu particular ênfase, tornou bem patentes as respostas diferenciadas das várias economias nacionais ou regionais.

Ora, é precisamente devido a esse facto que, cada vez mais, as ciências que têm como objecto a realidade social, cada vez mais complexa, sentem necessidade de olhar para o *local* - sem perder de vista a sociedade global, bem entendido⁵ - como forma de compreender todo um conjunto de acções, reacções e interacções que compõem a trama social. Na verdade, uma grande parte dos fenómenos de mudança social não pode ser analisada de maneira científica senão à escala local já que os diversos fenómenos reagem uns sobre os outros e torna-se necessário recompôr os diversos aspectos do local para compreender a sua relativa autonomia e dinâmica próprias.⁶ Com efeito, como nota Lipietz (1985) *se se parte do global, nacional ou mundial, reduz-se muito a possibilidade de transformações sociais locais, respectivamente regionais ou nacionais. Se se parte de regiões, caracterizadas pelas suas relações socio-económicas internas, tais como resultam da história e "estabelecendo relações externas" evidentemente tudo muda.*

Não surpreende assim que uma das primeiras questões a colocar, quando se empreende um estudo de caso como o que aqui nos ocupa, seja a da autonomia local.

1.2. Que autonomia do local?

O conceito de autonomia local explicita, antes de mais, a capacidade que o local tem de obedecer às suas próprias «leis», ou seja, o poder decisório que possui

face aos constrangimentos de ordem externa. Autonomia e heteronomia opõem-se assim, devendo, no entanto, esta oposição ser estabelecida de forma dialéctica em constante interacção e alteração das «relações de força» em permanente tensão.

De facto, o espaço e o local não são jamais isotrópicos e homogêneos, como pressupunham os antigos modelos de distribuição espacial. Espaço em relação é, a nosso ver, a forma de existência espaço-temporal, o que implica constantes ajustamentos entre o local e o meio circundante que, no limite, se alarga à escala planetária. Autonomia e heteronomia coexistem assim no mesmo local, sendo a primeira que permite explicar certos modos de vida alternativos e com características predominantemente locais.

No fundo, o que interessa fazer ressaltar numa análise de âmbito local é a capacidade de resposta desse mesmo local às pressões heterónomas que, ao invés de serem consideradas como constrangimentos a evitar, devem ser encaradas como um factor de desenvolvimento do potencial endógeno com a consequente alteração da configuração do «eco-sistema social».

Uma certa autonomia do local é o que parece verificar-se com o fenómeno da *industrialização difusa* observado em diversos países, inclusivé em Portugal, (Cf. Pecqueur e Silva, 1988) e que consiste na criação e implantação de unidades de pequena e média dimensão em locais sem tradições industriais. Em Espanha, por exemplo, cujo tecido industrial - aliás, como em Portugal - é essencialmente composto por PME's, emergiram um pouco por todo o lado bolsas de industrialização difusa, havendo uma crescente preponderância de PME's que se estabeleceram em centros de tamanho médio e em áreas rurais, sendo que, muitas dessas empresas surgiram graças a impulsos de iniciativas locais. Não deixa no entanto de ser curioso que um estudo efectuado naquele país (cf. Roura, 1988) mostre que o grupo de factores mais relevantes na criação e localização de novas empresas industriais tinha a ver com factores de vida pessoal relacionados, essencialmente, com a vinculação do empresário à zona ou região de implantação da empresa. Essas motivações pessoais incluíam, entre outras, as relações do proprietário e outros aspectos da zona, e as relações com o próprio pessoal a contratar. Tal facto não pode deixar de lembrar o conceito de *espaço vivido* desenvolvido por Fremont (cf. 1980), para quem a região como espaço vivido se opõe à região como espaço suportado. Como nota: *a região, se existe, é um espaço vivido. Visto, apreendido, sentido, lembrado ou rejeitado, modelado pelos homens e projectando neles imagens que os modelem.*

Bem entendido, o conceito de autonomia local, assim como a «capacidade de resposta» do local, não elidem um determinado contexto espaço-temporal em que assumem particular relevância as políticas económicas e sociais definidas pelo poder central. Como assinala Lipietz (cf. op.cit.), a saída da *crise do fordismo* passa por uma *reterritorialização* da relação entre qualificações e emprego e entre produção e utilização social que, de algum modo, estava ausente do quadro fordista e do seu tipo de acumulação monopolista. Essa reterritorialização será possível sob uma óptica regional e implicará uma

evolução segundo formas produtivas do Estado-Nação, devendo o Governo Central assumir a responsabilidade de fixar limites mínimos para a legislação social regional e assegurar uma percentagem geral do financiamento de protecção social a fim de limitar os efeitos perversos da concorrência entre regiões.

Mas, se os efeitos perversos da concorrência entre regiões são preocupantes, não menos preocupantes são os efeitos perversos decorrentes da especialização. Não obstante esta última poder ser - e geralmente é - um factor de afirmação e desenvolvimento da capacidade concorrencial de um determinado sistema produtivo, pode igualmente, nalguns casos, fazer diminuir drasticamente a autonomia local tornando-o extremamente vulnerável à «pressão externa». Foi isso mesmo que pretendemos mostrar no nosso estudo da Marinha Grande. Como verificámos, residindo grande parte da autonomia daquele sistema produtivo no dinamismo patenteado pela indústria de moldes, não deixa de ser preocupante que esse mesmo dinamismo possa tornar-se um *handicap* no futuro.

Por outro lado, não falta quem defenda que hoje, mais do que nos Estados, é nas próprias empresas que assentam as possibilidades de se subtraírem aos efeitos mais nefastos da concorrência. A mundialização dos mercados e o consequente alargamento dos horizontes geográficos dos exportadores levam a que estes tenham que se confrontar, cada vez mais, com a concorrência à escala mundial. Como é bom de ver, se as grandes empresas há muito tempo aprenderam a movimentar-se num quadro geográfico alargado além fronteiras, as PME's de incidência local ainda não aprenderam a fazê-lo. Ora, é por demais evidente que o novo contexto concorrencial não é já a região ou o território nacional. Se mais não fosse, o Mercado Único em 1993 estaria aí para nos lembrar isso. Exige-se assim, a nível local, a existência de uma rede densa de relações inter-empresas que, ao mesmo tempo que reparte os custos inerentes à penetração no vasto mercado comunitário, rentabilize os proveitos daí decorrentes.

Por outro lado, sendo o projecto da Comunidade Europeia não só a criação desse mercado, mas também o reforço da solidariedade intra-europeia, devem as comunidades locais tirar todo o partido disso. Com efeito, o que certamente se verificará no futuro é uma sensibilidade das economias nacionais às «flutuações» internacionais e uma interdependência concreta das economias locais entre elas.

Uma das possíveis formas de reforçar a autonomia local é a criação de «tecnopolos» que, basicamente, se caracterizam por:

- se implantarem num espaço geográfico definido;
- acolherem no seu espaço actividades de alta tecnologia (especializada ou não);
- acolherem igualmente actividades tecnológicas, organizacionais ou comerciais, centradas sobre a inovação;

- uma utilização comum dos agentes económicos, o que se torna particularmente relevante com as tecnologias de informação;
- favorecerem a relação pesquisa/indústria/formação, permitindo assim algumas sinergias.

De facto, os «tecnopolos» apresentam uma relação muito forte com o local e, como nota Khan (1987), que se reporta à realidade francesa: *certamente que os promotores privados tomaram iniciativas, mas, na sua maioria, os tecnopolos são uma realidade das colectividades locais. Não é, portanto, demais considerar o tecnopolo como um instrumento de ordenamento e de promoção local.*

Lipietz (cf.1977) já chamou a atenção para o facto de que *o espaço não é senão a dimensão material das relações económicas e sociais*. Centrando-se numa análise dos espaços infra-nacionais e, sem pôr em causa a existência de pólos característicos de dominação intra-nacionais, este autor critica a ausência de explicação sobre a aparição tardia de pólos noutros lugares. Com efeito, há que entender como tal é possível, ou seja, como é que determinados pólos de dominação económica, neste caso, intra-nacionais, emergem, de certo modo, à revelia dos pólos existentes, o que pode dever-se a duas ordens de factores principais:

- decisões políticas tomadas centralmente (Sines é um bom exemplo);
- mobilização do potencial endógeno de uma região que, mercê muitas vezes de causas fortuitas - aproveitamento de determinados incentivos, por exemplo, - congrega esforços e obtém êxitos.

1.3. Sistema produtivo local/ mercado local de trabalho/relação salarial: três conceitos fundamentais numa análise de nível local

É precisamente a partir do reconhecimento de que o local é dotado de alguma autonomia - mais ou menos relativa - e possui uma dinâmica própria que não só o individualiza como obsta à sua "dissolução" no espaço nacional, que alguns autores vêm falando em *Sistemas Produtivos Locais*. Gilly (cf.1987), por exemplo, tendo como pano de fundo o que se passa em França, define o "complexo produtivo local" como *um sistema articulado de dois tipos de relações: entre as empresas produtivas locais e entre estas e as respectivas mãos-de-obra - um sistema estruturado e dinamizado pelas condições de base e pelas relações sociais locais específicas, dentro de uma moldura institucional específica*.

Por seu lado, Reis (1987) nota que *o que está principalmente em causa é que os vários espaços - isto é, as regiões ou os sistemas produtivos locais - os vários contextos localizados, se dotam de diferentes capacidades de iniciativa e, por isso, ganham uma centralidade que relativiza o peso das formas de regulação macro-económica*. Nesta perspectiva, o conceito de *sistema produtivo local* assume particular relevância face ao conceito de *sistema produtivo nacional*, que mais

não seria do que uma articulação, mais ou menos coerente, de *sistemas produtivos locais*.

A perspectiva que suporta a concepção dos sistemas/complexos/espacos produtivos locais tem inevitáveis reflexos, quer na definição das políticas centrais, quer na definição das políticas regionais já que, é possível que num *sistema produtivo nacional* incipiente despertem, mercê da sua especificidade, *sistemas produtivos locais* com um grande dinamismo que, mais cedo ou mais tarde, induzirá reflexos a nível nacional, tanto na reorganização da estrutura produtiva, como na alteração da estrutura social. Foi um processo deste tipo que aconteceu em Itália: o norte rico expande-se em direcção ao sul, pobre e subdesenvolvido, e dá origem ao que alguns autores chamam *terceira Itália*. O processo está longe de ter terminado e é bem possível que, no futuro, uma das causas que esteve na origem da deslocação do capital - o custo da mão-de-obra no norte - se verifique também naquela zona, promovendo então a deslocação do capital ainda mais para sul.

Mas estes processos de deslocação do capital não são nem pacíficos, nem deterministas, nem sequer optimistas. De facto, há que ter em conta que:

a) *Não são pacíficos*, já que toda a mobilização do capital implica a perda de alguns privilégios no centro, como por exemplo a criação de empregos, podendo aí agudizarem-se as tensões sociais até níveis in comportáveis;

b) *Não são deterministas*, pois que os motivos de deslocação do capital não são sempre os mesmos. A introdução de novas tecnologias, por exemplo, pode tornar o *handicap* do custo da mão-de-obra, obstando assim à deslocação;

c) *Não são optimistas*, uma vez que nada garante que o capital se desloque no interior do país, cobrindo-o no futuro e equilibrando o nível de vida interno, podendo, ao invés, deslocar-se para novos espaços exteriores onde a sua reprodução seja mais eficaz.

Como nos mostraria uma história do capital, pelo menos nos dois últimos séculos, é um facto que este sempre ocorreu onde as condições da sua reprodução eram mais propícias. Ou seja, num certo sentido podemos dizer que o capital não tem pátria. A mundialização da economia, que parece ser já hoje um facto irreversível, a que a queda dos "muros" internos e externos veio dar um nova amplitude neste final da década de oitenta, mais acentua esta ideia.

Tal alteração no panorama económico mundial não se fará sem ajustamentos estratégicos de carácter nacional que tenham em conta a nova situação. Como nota Gilly (cf.*op.cit.*) parece perspectivar-se, actualmente, um novo modo de regulação fordista que combina um *alargamento à escala mundial* dos aspectos económicos, com uma *recentralização à escala local* dos aspectos sociais (sublinhados nossos). Outros autores falam na *desnacionalização do capital* e na *localização da produção*.

A ser assim, impõe-se a necessidade de uma análise de nível local como forma de compreender, quer os constrangimentos, quer os dinamismos, da estrutura produtiva face às pressões exteriores.

O conceito de *mercado local de trabalho*, estreitamente associado aos conceitos de *sistema produtivo local e relação salarial*, revela-se particularmente pertinente para essa análise. No seu essencial, este conceito releva da necessidade de ter em conta a especificidade do mercado local de mão-de-obra em detrimento do mercado nacional. Concomitantemente, a *relação salarial* que se estabelece a nível local é, em parte, determinada por fenómenos cuja incidência é estritamente local. Na verdade, o salário não é jamais, se é que alguma vez o foi, um preço de mercado.

Nesta perspectiva, não faz muito sentido continuar a falar-se na noção clássica de *mercado de trabalho*, entendido como lugar de confrontação generalizada entre quem oferece e quem procura e onde o preço da mão-de-obra seria fixado. L. Mallet (cf.s/d) afirma que o salário não é preço de mercado e propõe o conceito de *sistema local de emprego* de que o *mercado local de trabalho* não é senão uma configuração. Para este autor francês, a relação salarial decorre do tipo de relação que se estabelece entre as empresas contratantes e os agentes contratados, sendo que, pelo meio, intervêm factores a ter em conta e que só o local permite equacionar.

Por outro lado, dado que uma repartição dos indivíduos e das empresas num espaço concreto corresponde a uma determinada alocação, quer da produção, quer da mão-de-obra, e que essa repartição localizada é, em parte, determinada pela especificidade local (Marinha Grande é um bom exemplo), importa não só estudar o mercado local de trabalho, mas, como propõe Mallet, o seu *funcionamento*. Também a relação salarial que aí se estabelece é determinada a dois tempos: pela política global e pelas condições locais.⁷ Estas, por sua vez, são em grande parte condicionadas pelo tipo de empresas que compõem o *sistema produtivo local*. Ainda segundo Mallet, existem três tipos de empresas: as *submetidas ao mercado*, as *submetidas aos constrangimentos institucionais*, e as que, com alguma autonomia, *definem as suas políticas de pessoal*. É da combinação dos graus relativos de influência de cada um destes tipos de empresas, que não é mecânica mas resultante de uma combinação de estratégias voluntárias, de dados institucionais e de fenómenos de mercado, que se estrutura o *mercado local de trabalho*.

Não surpreende assim que hoje, um pouco por todo o lado, se veja o *local* como objecto privilegiado de análise. Como nota Pecqueur (1986), *o sistema industrial local é, não só uma simples justaposição de unidades de produção, mas também um sistema de articulação entre as instâncias políticas e económicas, objectos de conflito e de tensão*. Estes conflitos e tensões ao nível local, não devem, no entanto, ser entendidos como meros constrangimentos mas antes como estímulos a uma resposta organizada, no sentido em que a nível local se produzem solidariedades entre os actores que importa valorizar.

II Parte

2.1. Caracterização do concelho da Marinha Grande

O concelho da Marinha Grande é constituído por duas freguesias: Marinha Grande e Vieira de Leiria, e situa-se na sub-região do Pinhal Litoral que faz parte da Região Centro. Tanto em relação à região como à sub-região apresenta uma especificidade que o caracteriza. Por exemplo, durante o período abrangido pelos três últimos censos, (1960-1970-1981), foi o único concelho da sub-região a registar um aumento populacional em todos eles, tendo crescido 52,7%. Simultaneamente, é na Marinha Grande que se verificam os índices mais elevados de população urbana na sub-região, 52,7%, contra 21,8% em Porto de Mós e 21,3% em Leiria.

A estrutura da população activa com profissão é bem reveladora do peso do sector secundário que ocupa 71% da mão-de-obra, contra 27% do sector terciário e apenas 2% no sector primário. Tal facto deverá ter reflexos na atracção populacional que a Marinha Grande tem exercido, dado ser precisamente a indústria que, tradicionalmente, mais gente emprega.

A matriz de deslocações da população activa, construída com base no censo de 1981, permite observar os movimentos pendulares diários da população, constatando-se que esta regista uma fraca mobilidade pendular: só 5,8% da população considerada sai do concelho diariamente enquanto que as entradas ultrapassam os 20%, o que permite concluir que o número de activos que exerce uma profissão (ou estuda) no concelho é manifestamente superior à população residente em igual situação. Esta situação é reveladora da atracção que a Marinha Grande exerce sobre os concelhos limítrofes em termos de ofertas de emprego, uma vez que os postos de trabalho distribuídos pelos três sectores de actividade são 14 508 contra 11896 activos residentes.

2.1.1. Estrutura da população activa

Os trabalhadores por conta de outrem (87,3%) são dominantes em todos os sectores de actividade, embora com pesos relativos diferentes. O sector primário é o que apresenta a menor percentagem de trabalhadores nesta situação, seguindo-se-lhe o terciário, 74,3% e o secundário com 93%.

2.1.2. Estrutura produtiva

O tecido produtivo do concelho caracteriza-se pela clara predominância da indústria transformadora que apresenta um elevado grau de especialização: vidros, moldes para plásticos e artigos e matérias plásticas. O turismo, principalmente em São Pedro de Muel e Vieira de Leiria, tem vindo a assumir uma importância económica crescente já que o concelho possui uma extensa linha

de costa. Porém, as potencialidades que esta actividade tem, estão longe de serem integralmente aproveitadas.

2.1.2.1. Agricultura: Com uma superfície de 18 137 ha., o concelho da Marinha Grande apresenta uma taxa de arborização superior a 70% o que mostra uma ocupação do solo predominantemente florestal. A espécie dominante é o pinheiro bravo que ocupa 99% dessa área. A quase totalidade da floresta está integrada na zona protegida do pinhal de Leiria, o que limita a sua exploração económica.

Quanto à actividade agrícola propriamente dita resume-se, a nível do concelho, a uma agricultura de subsistência trabalhada a tempo parcial. No recenseamento agrícola de 1979 (último efectuado), foram recenseados 3 096 produtores individuais e apenas 210 (6,8%) ocupavam mais de 50% do seu tempo de trabalho na agricultura. No que respeita à proveniência do rendimento do agregado doméstico do produtor, apenas eram integralmente gerados na exploração agrícola os rendimentos originados em 0,5% do número de explorações, sendo que o rendimento de 3 041 explorações (98,2%) correspondia a menos de 50% do rendimento dos agregados que as trabalhavam. A mão-de-obra era de origem doméstica, exclusiva em 65% dos casos (2 031), predominantemente da mesma origem em 32% (1 001) e apenas em 64 casos era predominantemente contratada. Daqui se infere claramente o carácter complementar da actividade agrícola.

2.1.2.2. Comércio e serviços: Existem na Marinha Grande 10 empresas de prestação de serviços a empresas, com um total de 46 trabalhadores (dados do Ministério do Emprego referentes a 1988) e 4 instituições bancárias que empregam 117 trabalhadores. Estavam ainda recenseados em 1988, 541 estabelecimentos de venda a retalho, 239 dos quais tinham como actividade o comércio de géneros alimentícios e bebidas, e 63 de comércio por grosso.

Os dados respeitantes ao turismo registam a existência de 2 hotéis, que podem albergar 198 hóspedes, e 7 pensões com uma capacidade de alojamento de 296 hóspedes/ano. Existem ainda 2 parques de campismo (um terceiro estava a ser construído na altura) com capacidade de alojamento para 3 500 campistas.

Saliente-se ainda o facto de Vieira de Leiria e S. Pedro de Muel, os dois pólos de actividade turística, estarem orientados, o primeiro, para o chamado "turismo de massas" e o segundo, para um tipo de turistas com rendimentos médios-superiores.

2.1.2.3. A indústria transformadora: Segundo dados fornecidos pelo INE, o número de estabelecimentos industriais do concelho conheceu um aumento médio anual entre 1981 e 1985 de 3,4%, enquanto no mesmo período, o pessoal ao serviço desses estabelecimentos crescia somente 2%. No seu conjunto, a

indústria transformadora em 1985 estava distribuída por 111 estabelecimentos e empregava 9055 activos.

A especialização da indústria transformadora está bem patente no facto de, em 1985, apenas três tipos de actividade industrial:

- Fabricação de vidros e cristais;
- Fabricação de artigos e matérias plásticas;
- Fabricação de moldes para plásticos,

concentrarem em si:

- 65,70% de estabelecimentos industriais;
- 88,55% do emprego;
- 95,16% do produto;
- 86,73% da produção.

Saliente-se ainda o facto de no período que medeia entre 1981/85, os vidros terem perdido peso relativo em favor da indústria de moldes, tanto no número de estabelecimentos como no volume do emprego, do produto e da produção, alterando assim a composição da estrutura produtiva.

Sectores mais relevantes da indústria transformadora

	Nºestabelec.		Emprego		Produto		Produção	
	1981	1985	1981	1985	1981	1985	1981	1985
artigos e mat. plásticas	15,50	18,90	12,43	13,38	12,60	13,93	15,60	16,20
vidro	16,50	15,30	58,20	48,37	54,22	43,52	55,71	45,90
produtos metál.	28,80	31,50	18,50	26,80	23,52	37,71	17,33	24,55

2.2. Sistema produtivo local na Marinha Grande

A Marinha Grande que tradicionalmente é conhecida como a *capital do vidro*, reivindica hoje o epíteto da *capital do vidro e dos moldes*. Com efeito, é neste concelho que estão instaladas a esmagadora maioria das fábricas de vidros e de moldes. É curioso notar que o outro centro da indústria de moldes existente em Portugal - em Oliveira de Azeméis - se instalou aí precisamente com pessoal oriundo desta localidade e que trabalhava naquela indústria, na Marinha Grande.

A instalação das três indústrias base existentes na Marinha Grande ocorre segundo uma relação de complementaridade e obedecendo à lógica da *fileira produtiva*, já que se instalam a juzante da indústria vidreira. A lógica desta instalação, se tivéssemos que procurar a sua origem, remonta certamente a D. Diniz quando mandou plantar o pinhal de Leiria. De facto, a primeira fábrica de vidros existente em Portugal instalou-se em Coima, no século XVIII, mais precisamente em 1745 (cf. Barosa, 1977). Vendo-se impedida de continuar a laborar devido à falta de combustível (lenha) nas proximidades e o seu trans-

porte até à fábrica ser bastante dispendioso, foi então transferida para a Marinha Grande. A sua transferência para esta localidade ocorreu em 1748 e deveu-se, justamente, à proximidade das matas nacionais que forneciam o combustível.

A primeira unidade fabril ali instalada, então designada *Fábrica Nacional de Vidros*, ainda hoje existe: é a actual F.E.I.S. - Fábrica Escola Irmãos Stephens, um "ex-libris" da Marinha Grande.

A instalação da indústria de moldes, por seu lado, está intimamente ligada à indústria vidreira. Pouco antes da 2ª guerra mundial, Aníbal Abrantes, o primeiro industrial de moldes em Portugal, instala na Marinha Grande uma fábrica. Como refere⁸: *logo que a guerra acabou eu apercebi-me de que os moldes - eu comecei ainda antes da guerra - era uma indústria que tinha bastante expansão*. No início, a fábrica produzia moldes para a indústria vidreira, que eram de gesso fundido, mas depressa passou aos moldes para a indústria de plásticos, que eram em cromo e aço.

Quanto às fábricas de artigos e matérias plásticas, as de instalação mais recente na Marinha Grande, tal deveu-se à necessidade que as fábricas de moldes sentiram de experimentar os seus moldes.

Segundo dados do INE referentes a 1985, existiam na Marinha Grande 17 fábricas de vidro, 35 de moldes e 21 de artigos e matérias plásticas.

Devido à especificidade desta estrutura produtiva⁹, pudémos observar na Marinha Grande a existência de uma mão-de-obra igualmente específica. Com efeito, se já desde o início do século se aponta a existência nesta localidade de uma *aristocracia operária* no sector dos vidros,¹⁰ hoje é precisamente aqui que se encontra uma mão-de-obra especializada e qualificada, não só na indústria vidreira, como também nas indústrias de moldes e plásticos. Ou seja, existe na Marinha Grande uma mão-de-obra cuja especificidade advém de uma cultura técnica que, possivelmente, não se encontra noutra parte de país. Daí podermos falar num *mercado local de trabalho*.

A relação salarial apresenta, também ela, uma especificidade decorrente de condições localizadas. Com efeito, se segundo Gilly (cf.op.cit.), a relação salarial *tem tendência a tornar-se uma negociação dentro da empresa quanto aos efectivos «protegidos» e um apelo ao exterior a uma massa de trabalhadores sem estatuto no mercado local de emprego*, tal significa que, por um lado existe uma mão-de-obra permanentemente disponível para o assalariamento e, por outro, não possui qualquer estatuto. Não é isto que se verifica na Marinha Grande, pelo contrário. Senão vejamos:

-A especialização da estrutura produtiva e a necessidade de pessoal especializado e/ou qualificado, principalmente por parte da indústria de moldes, levou, como consequência, a uma especialização e qualificação da mão-de-obra, que é difícil de substituir, impedindo assim, em parte, o recurso a pessoal *sem estatuto no mercado local de emprego*¹¹;

-Verifica-se actualmente na Marinha Grande uma situação próxima do pleno emprego.¹²

Esta situação, ao mesmo tempo que contribui para dinamizar o mercado local de emprego, contribui, sem dúvida, para configurar uma relação salarial bastante diferenciada entre os três tipos de indústrias. Segundo um pequeno estudo empírico que fizemos, verifica-se que a indústria de moldes é a que paga melhores salários, sendo simultaneamente aquela onde a concorrência é mais forte, tanto a nível dos mercados, como a nível do assalariamento. Uma análise do comportamento dos salários (em termos nominais), no período compreendido entre 1981 e 1985, nas três indústrias, revela o seguinte:

Enquanto os moldes registaram um aumento médio anual de 35,2%, os plásticos registaram 24,7% e o vidro 16,6%. Estes números indiciam claramente, se entrarmos em conta com os valores da inflação naquele período, uma descida acentuada nos vidros, um estabilidade nos plásticos e um ganho, igualmente acentuado, nos moldes.

Será então legítimo falar na existência de um *sistema produtivo local* na Marinha Grande? Se tivermos presente a definição deste conceito proposta por Gilly (cf.1987), a que aludimos anteriormente, vemos que para este autor, a tónica se coloca, por um lado, na relação existente entre as empresas locais e entre estas e a mão-de-obra e, por outro, na dinamização operada pelas condições de base e pelas relações sociais locais específicas. Já no que toca a Reis (cf.1987), tal como antes dissémos, há que ter em conta os contextos localizados e a sua capacidade de iniciativa.

Dissémos ainda que o que caracteriza os sistemas produtivos locais é o facto de não se "dissolverem" no sistema produtivo nacional. Resumindo tudo isto e segundo o que afirmam a maioria dos autores que têm teorizado este conceito, podemos equacionar os seguintes pressupostos básicos para a existência de um *sistema produtivo local*:

- 1º -existência de alguma especificidade da estrutura produtiva (por exemplo, especialização da produção, complementaridade da produção, etc.);
- 2º -existência de uma mão-de-obra e de uma cultura técnica específicas;
- 3º -existência de uma rede densa de relações inter-empresariais (materializada, por exemplo, na existência de serviços comuns), etc.¹³

Em face do que dissémos, verificam-se na Marinha Grande os dois primeiros. Quanto ao último - existência de uma rede densa de relações inter-empresariais -, será um pouco abusivo afirmar isso. Com efeito, somente na indústria de moldes se verificam algumas tentativas nesse sentido. A CEFAMOL, Associação Nacional de Indústria de Moldes, que já organizou três congressos (1983, 1985 e 1988), é a associação que reúne as empresas do sector e, no último congresso, foi apresentada uma proposta para a criação de um centro tecnológico para a indústria de moldes, cuja finalidade seria a de prestar apoio às empresas nas áreas da formação e informação; investigação, desenvolvimento e demonstração (ID&D e ensaios e metrologia).

Pese embora esta inadequação parcial da realidade ao modelo - como aliás sucede sempre - teremos forçosamente que concluir pela existência de um *sistema produtivo local* na Marinha Grande. A especificidade da estrutura

produtiva e da respectiva mão-de-obra, sem paralelo no território nacional, impedindo assim a sua "dissolução" no sistema produtivo nacional, parece confirmar isso mesmo.

2.3. A crise nos vidros e o futuro dos moldes: estratégias de desenvolvimento e autonomia local

Quem visitar hoje a Marinha Grande, dificilmente se dá conta do período de crise que a indústria vidreira e, com ela, a própria localidade, viveram no início da década passada e de que os meios de comunicação se fizeram eco. O descontentamento popular manifestou-se, como é sabido, desde o corte de estradas à agressão ao Presidente da República. Este tipo de comportamento não é no entanto apanágio de uma população que, tradicionalmente, é ordeira.¹⁴ Só a fome e o desespero que penetraram em muitos lares o pôde justificar.

A realidade actual é bem outra e o dinamismo dos agentes locais está bem presente. O poder local na Marinha Grande parece estar bem consciente da necessidade de desenvolver estratégias que reforcem a autonomia do concelho. A criação recente de um parque industrial, cuja autorização conheceu um processo bem moroso por parte do poder central, já que a zona protegida do pinhal de Leiria impede qualquer construção não autorizada no seu perímetro, é um exemplo disso, apesar dos 60 hectares autorizados se revelem bastante exíguos para as necessidades.

O dinamismo da autarquia faz-se sentir em vários domínios: no abastecimento de água ao concelho, que já cobre 98% das habitações (somente alguns pontos isolados estão por servir), numa rede de esgotos que cobre 70% das necessidades, na recolha de lixo e na instalação da rede eléctrica, cobrindo totalmente as necessidades do concelho. Estes valores são os mais elevados do Distrito.

As principais carências do concelho verificam-se nas áreas da saúde e da educação que, como se sabe, são da responsabilidade da Administração Central. No campo da saúde a Marinha Grande possui uma Clínica e um Centro de Saúde, estando dependente de Leiria no que toca a algumas especialidades. No campo da educação sente-se a falta de instalações no ensino secundário, estando as existentes sobreocupadas, assim como a falta do 11º ano em Vieira de Leiria sendo a dependência face a outros centros total, no que toca ao ensino médio e superior.

As 44 associações recreativas e culturais que existem no concelho e nas quais cumpre destacar o Sport Operário Marinhense, cujas instalações são modelares e onde se desenvolvem várias actividades culturais que vão do ballet à educação musical, passando pelo teatro, ténis de mesa, basket, futebol, ginástica, xadrez, etc., desenvolvem uma importante função de dinamização cultural que importa ressaltar. Todas são apoiadas pela autarquia e o único senão apontado é o facto de não congregarem esforços entre si e estarem, em parte, como nos afirmou o vereador do pelouro da cultura, *de costas umas para*

as outras. A Câmara está a envidar esforços no sentido de ultrapassar esta situação criando um organismo que superintenda, sem determinar ou condicionar, como frisou o mesmo vereador, as actividades das associações.

Um facto digno de nota e que certamente contribuirá para projectar o concelho no espaço nacional, ao mesmo tempo que constitui um orgulho dos marinhenses, é a Feira de Actividades Económicas (FAE) cuja internacionalização já se prevê. Conheceu já quatro edições com assinalável sucesso e dispõe de um local permanente, dotado das necessárias infraestruturas, ocupando o espaço coberto 2 000 m².

Não obstante, a crise existiu. Embora os *media* não fizessem essa distinção, não será muito correcto afirmar que essa crise foi na indústria vidreira entendida no seu conjunto. Com efeito, ela estalou, principalmente, nos sub-sectores da cristalaria e do vidro doméstico. O vidro de embalagem não sentiu problemas de maior, não tendo nenhuma das três empresas deste sub-sector, existentes na Marinha Grande: Santos Barosa, CIVE e Ricardo Gallo, sido abrangida pelo plano de reestruturação da indústria vidreira promovido pelo então ministro Veiga Simão, em 1984. O grau de automação que aqui se verifica e a sua capacidade de penetração nos mercados internacionais, são um facto a assinalar. Ao contrário, no sector da cristalaria e do vidro doméstico, as coisas são bem diferentes e não raro, deparamos com cenários que nos fazem lembrar as descrições de uma fábrica do início do século.

Má gestão,¹⁵ por um lado e deficiente tecnologização por outro, parecem ser as causas principais da crise nos dois sub-sectores e que, parece bastante evidente, não foi sanada, quando muito, está "adormecida". De facto, as mudanças estruturais previstas no plano de reestruturação continuam por fazer, as questões de natureza financeira continuam por resolver.

Acresce a tudo isto a quase ausência de formação dos operários da indústria vidreira, por um lado, e a baixa escolarização, por outro. A título de exemplo no que toca a esta última, observem-se os seguintes resultados obtidos em duas fábricas, uma de vidros e outra de moldes:

Escolaridade (%)

GRAU DE ENSINO	F. VIDROS	F. MOLDES
Ensino primário	70	10
Ensino preparatório	5	16
Ensino secundário	20	37
Ensino complementar	5	16
Curso médio/superior	0	21
TOTAL	100	100

Por outro lado, há que ter em conta a dimensão das empresas da indústria vidreira e, se hoje, apenas 2 empregam mais de 500 trabalhadores, a realidade era bem outra antes da crise. As empresas que sentiram mais dificuldades foram precisamente as que tinham um maior número de trabalhadores, algumas mais

de 1000 e que tiveram que proceder a despedimentos. Ora, como é sabido, são precisamente as empresas de maior dimensão que sentem dificuldades de adaptação às flutuações conjunturais do mercado.

Mas, se a "crise dos vidros" teve inegáveis aspectos dramáticos na população da Marinha Grande, ninguém contesta hoje que ela foi grandemente atenuada pelas indústrias de moldes e de plásticos, o que nos remete para a problemática da *capacidade de regulação interna dos sistemas produtivos locais*. Tal facto está bem patente nos aumentos do VBP, VAB e FBCF registados nas três indústrias, no período compreendido entre 1981 e 1985:

	VIDROS	MOLDES	PLASTICOS
V.B.P.	131%	296%	191%
V.A.B.	104%	253%	181%
F.B.C.F.	6,6%	312,7%	283%

Quanto à evolução do emprego no mesmo período, verificou-se um decréscimo de 3% ao ano nos vidros, um aumento de 3,8% nos plásticos e 11,9% nos moldes, o que atesta bem o quanto estas duas últimas indústrias foram importantes para o restabelecimento da paz social no concelho.

Seja como fôr, o que ressalta aqui de mais evidente é o grande crescimento registado pela indústria de moldes, que conheceu o seu "boom" a partir de finais da década de 70 quando começaram a surgir, do dia para a noite e muitas vezes em instalações improvisadas, inúmeras fábricas de moldes para a indústria de plásticos.¹⁶ No seu início, eram frequentes os horários de 18 horas/7 dias por semana.¹⁷

Mas a que se deve o sucesso da indústria de moldes da Marinha Grande? A opinião com que se fica quando se visita uma fábrica e se ouvem os seus responsáveis, é que o sucesso do sector assenta, fundamentalmente, na qualidade (sempre referida), no *marketing* e no *design*. A quase totalidade da produção é para exportação e, apesar de algumas tentativas feitas nesse sentido, as possibilidades de diversificar os mercados são limitadas. O destino das exportações portuguesas de moldes, em 1985, regista bem a dependência acentuada do mercado Americano/Canadense:

E.U.A e Canadá	68,4%
C.E.E.	12,2%
Outros/Europa	2,2%
COMECON	5,1%
América do Sul e Central	4,4%
Outros	7,6%

Se esta dependência nos deve fazer reflectir quanto aos perigos que envolve, não menos preocupante é o que se verifica a nível da produtividade quando comparada com o que se verifica a nível internacional (cerca de metade da que se verifica na Alemanha ou nos EUA). Saliente-se ainda o facto de a

Coreia do Sul estar hoje a apostar nesta indústria, o que poderá ter inegáveis reflexos no futuro.

Mas, um outro facto que julgamos curioso e insólito, é o de a qualidade que se regista na nossa indústria de moldes poder vir a tornar-se um *handicap*. Na verdade, hoje quando tanto se fala na necessidade de produzir com qualidade como forma de conquistar e manter os mercados, parece caricato afirmar que um segmento industrial que apostou fortemente nessa característica venha a ser penalizado por isso. No entanto, acontece que falar somente em qualidade é um erro. Efectivamente, há que combinar duas coisas: qualidade e preço. Até agora, a nossa indústria de moldes conseguiu satisfazer a primeira, quanto à segunda, o molde português é um dos mais caros do mundo, pese no entanto o facto de ser, como nos disseram alguns especialistas do ramo, um molde que permite fazer um número de peças substancialmente superior aos moldes que os nossos concorrentes fabricam.

E é aqui que reside precisamente, julgamos, o *handicap* de que falámos. Na verdade, hoje um dos principais clientes da indústria de moldes é a indústria de brinquedos, e sabemos como nesta indústria a obsolescência é uma constante. A diversificação permanente, de molde a colocar constantemente novos produtos no mercado, é o imperativo desta indústria. Brinquedo que não se venda no "tempo certo", não se vende jamais. Daí a utilização limitada dos moldes: não têm que produzir um número muito maior de peças, têm que produzir o número certo de peças.

A interrogação que se coloca hoje é pois, a do *que é que pode acontecer no espaço produtivo da Marinha Grande se a indústria de moldes conhecer uma recessão?* Ou seja, quando a crise sobreveio nos vidros, os moldes tiveram uma função reguladora essencial ao preencher as lacunas do sector vidreiro. E hoje? Será possível que isso aconteça com outra indústria qualquer? A especialização produtiva não será um "pau de dois bicos": virtuosa nas épocas de fluxo e viciosa nas épocas de refluxo? O poder autárquico parece ter consciência disso mesmo quando afirma, pela boca do então presidente da Câmara, considerar desejável diminuir a especialização e diversificar a produção. Só que isso não acontece unicamente com boas intenções. As reservas para instalação no parque industrial, recentemente construído, foram feitas quase na sua totalidade, por fábricas de moldes e plásticos.

Uma certa forma de obviar esta persistência da especialização da estrutura produtiva prende-se com a instalação de um Centro Tecnológico (CENTIL) há muito tempo em estudo e a implantar no eixo Marinha Grande/Leiria e que é aguardado com uma grande expectativa. A sua implantação naquela zona decorre dos resultados de um estudo elaborado pelo Prof. Jorge Gaspar e por Chris Jensen da Universidade de Aarhus e contou com os apoios da FLAD e da Comissão de Coordenação da Região Centro. Nele salientava-se a necessidade sentida naquela área, de modernização e reestruturação do tecido empresarial, que passa pela introdução de inovações nos processos de laboração e gestão, em particular, de novos tipos de telecomunicações. A reestruturação da pro-

dução industrial passaria pela formação dos recursos humanos de forma a adaptar a mão-de-obra às exigências da inovação e qualificações técnicas.

O programa de apoio à modernização industrial e ao desenvolvimento de novas tecnologias de informação do eixo Leiria/Marinha Grande, apresentado naquele relatório, aponta para as seguintes realizações:

- Centro de apoio ao desenvolvimento e modernização tecnológica;
- Instalação de serviços avançados de telecomunicações;
- Centro de empresas.

Concomitantemente a estes projectos deverão ser criadas estruturas de apoio que possibilitem o fornecimento de serviços comuns às empresas.

O projecto é ambicioso, sem dúvida, e, a realizar-se, possibilitará o desenvolvimento do tecido empresarial local contribuindo para o alargamento da sua autonomia ao mesmo tempo que pode criar ali um pólo difusor de inovação.

Mas, como se pode ver, a autonomia local para criar o seu próprio desenvolvimento, é relativamente diminuta. Na verdade, a criação do CENTIL depende inteiramente da Administração Central. Quanto ao Parque Industrial, se bem que reivindicado pela autarquia, careceu da respectiva autorização e esta, quando veio, veio tarde e não contemplou totalmente o reivindicado, já que o espaço autorizado foi inferior ao que havia sido pedido. Somente a Feira de Actividades Económicas parece ser fruto da capacidade autónoma dos agentes locais.

Sendo assim, importa questionarmos o conceito de autonomia local. Não que ela não seja uma realidade observável, pelo contrário. Nem tão pouco que se afirme que é relativa, o que é inquestionável. Toda a autonomia é relativa. O que interessa então frisar é que não basta o dinamismo dos actores - bem patente na Marinha Grande -, para que se possa afirmar um querer colectivo. Se afirmamos logo no início deste trabalho que qualquer factor exógeno de crescimento é condicionado pelo desenvolvimento endógeno, parece que teremos agora de afirmar que a inversa também é verdadeira. Ou seja, a vontade e dinamismo dos agentes locais¹⁸ (endógena) é condicionada pelas necessidades exógenas do mercado que, não sendo a *mão invisível* de que falava Adam Smith, não deixa de ser o *mecanismo mais flexível que se conhece*.¹⁹ E hoje, em que a mundialização da economia parece deixar de ser uma tendência para ser uma certeza, o mercado terá um peso, quiçá determinante, nas autonomias locais. O facto de *Silicon Valley* estar hoje num aparente declínio, demonstra que cada vez mais, as "receitas milagrosas" estão ultrapassadas. Num mundo em permanente mudança... só a mudança é constante.

Conclusão

Tradicionalmente apelidada de *capital do vidro*, já que é aqui que se encontra a quase totalidade das fábricas de vidro nacionais, a Marinha Grande, como pudémos observar, manifesta uma especificidade, quer ao nível da região quer ao nível do espaço nacional, que lhe é cometida, em certa medida, por um

elevado peso do sector secundário na sua estrutura produtiva (71%), uma forte especialização da produção que incide, basicamente, em três indústrias principais: Vidros, Moldes e Plásticos, de um peso do sector terciário inferior ao que se verifica a nível nacional (27%) e uma quase inexistência do sector primário (2%). Deste facto resulta o predomínio de um operariado industrial, também ele fortemente especializado.

É visível encontrar nesta localidade uma *cultura técnica específica* que lhe advém da procura e das exigências das indústrias existentes. Enquanto nos vidros se verifica um saber-fazer adquirido no decurso do exercício da profissão, nos moldes sente-se a necessidade de uma formação profissional constante e adequada às novas exigências do mercado, bem patente na preocupação manifestada pelos industriais do sector no seu 3º Congresso, ao chamarem a atenção para a *pouca formação dos trabalhadores*.

De realçar igualmente o elevado número de Colectividades e Associações Recreativas (cerca de 50), todas apoiadas pelo poder local e algumas por outros agentes económicos. Uma das colectividades, porventura a maior e melhor equipada: *Sport Operário Marinhense*, oferece à população uma vasta gama de ofertas culturais, que vão desde o desporto à dança, passando pela música, ginástica, exposições, espectáculos de teatro, musicais, etc. Não obstante, como nos referiu o responsável pelo Pelouro da Cultura da Câmara: *muito há ainda para fazer neste domínio*, considerando-se premente a *criação de um Órgão de Coordenação a nível de colectividades, a fim de as tornar mais complementares que competitivas, como por vezes acontece*.

Parece assim, à partida, adequada a escolha dos conceitos enunciados na primeira parte, para a compreensão e explicação da realidade sócio-económica da Marinha Grande, isto é, do seu espaço local, com a sua dinâmica própria e uma certa autonomia relativa.

De facto, no nosso estudo, concluímos pela existência, na Marinha Grande, de um *Sistema Produtivo Local*, que encontra suporte teórico, por exemplo, em Reis (cf. *op.cit.*), ao afirmar que *o que há de mais estrutural num sistema produtivo local é o facto de a sua constituição e desenvolvimento resultarem de processos relacionais, de ordem territorial e, portanto, da mobilização de condições inscritas espacialmente*. Enquanto isto, o predomínio de uma mão-de-obra especializada, permite-nos afirmar a existência de uma relação salarial bastante diferenciada, mesmo entre as três principais vertentes da estrutura produtiva, e uma nítida especialização sectorial da mão-de-obra. Da combinação destes dois factores resulta uma clara e acentuada articulação entre a mão-de-obra local e a estrutura produtiva, o que dá consistência à tese da existência do *Mercado Local de Trabalho*, entendido por Gilly (cf. *op.cit.*) como *um sistema estruturado e dinamizado pelas condições de base e pelas relações sociais locais específicas, dentro de uma moldura institucional específica*. Quanto à autonomia relativa da estrutura produtiva, se bem que seja um facto, convém no entanto ser encarada com algumas reservas, devido à enorme especialização da mesma,

o que pode originar no futuro grande dependência de factores exclusivamente exógenos, pese embora o dinamismo da mobilização do potencial endógeno.

É, aliás, o próprio Município que reconhece as dificuldades que podem, eventualmente, advir da forte especialização. Os esforços que tem desenvolvido no sentido de atrair novas indústrias, de que é exemplo a criação do parque industrial, têm saído gorados. Somente duas ou três fábricas de componentes se instalaram no parque, ficando a restante área afecta às indústrias de moldes e plásticos.

A Marinha Grande parece estar assim "prisioneira" daquilo que foi o motor do seu desenvolvimento, a especialização industrial consubstanciada na existência de uma espécie de *fileira produtiva* que, ainda que incompleta, manifesta claramente as relações de complementaridade, a montante e a jusante da estrutura produtiva do concelho. Tenhamos presente como surgiu a primeira fábrica de vidros na Marinha Grande, como dela decorre a necessidade de desenvolver a indústria de moldes e, como esta, por sua vez, vai incrementar o desenvolvimento da indústria de plásticos.

Cabe então perguntar se esta *fileira* não irá, ela própria, estimular a formação de outras *fileiras*, nomeadamente a nível do sector terciário. Parece que hoje em dia começam a surgir, segundo apurámos após a concretização do nosso estudo, algumas figuras intermediárias, sobretudo no domínio dos moldes, que assumem uma função reguladora (ou disfuncional, se tivermos em conta a pequena dimensão das empresas e a sua fraca competitividade), quer no preço dos produtos, dos mercados, e até, no limite, da própria relação salarial.

E a nível sindical? Terão os sindicatos algum papel especial e estarão conscientes dele, para intervirem socialmente? Será que continuarão a contribuir para que na Marinha Grande, desde há muito considerada como um forte *bastião operário*, se verifique a existência de uma rede densa de *relações de vizinhança* consubstanciadas numa multiplicidade de *solidariedades locais* que, em mais de uma vez na história recente, deram mostra de ser o motor de uma forte coesão social? Verificar-se-ia hoje na Marinha Grande o que se verificou em 1934, quando a população, movida precisamente por essas relações de vizinhança e solidariedade (segundo o relato de alguns dos sobreviventes do *18 de Janeiro*) esqueceu opções partidárias, irmanando os anarco-sindicalistas e comunistas no movimento de resistência a Salazar?

Por fim, permitimo-nos terminar com uma preocupação que, no essencial traduz as nossas interrogações e é fruto do contacto directo com a realidade local durante um ano. A que recomposição deverá (se é que deve) proceder a Marinha Grande para consolidar a sua autonomia relativa e dinâmicas próprias, de modo a conseguir controlar, em cada momento, as pressões exógenas e delas não depender totalmente? Continuar na via da especialização, uma das vias possíveis, ou optar pela diversificação da produção alargando a *fileira produtiva*? A escolha não é fácil e, seja ela qual for, deverá ser bem ponderada de modo a não pôr em risco as indústrias existentes que, até hoje, têm sido o

ex-libris da Marinha Grande. De facto, a especialização produtiva não é jamais, nem algo totalmente bom, nem algo totalmente mau. Ela tanto pode contribuir como reprimir o desenvolvimento local, e se os poderes locais não são, só por si, capazes de controlar todas as variáveis que contribuem para a maior ou menor autonomia local, eles são um dos actores principais no processo. A congregação de esforços de todos os actores envolvidos é, como se pode constatar em variadíssimos exemplos, a mola capaz de imprimir uma dinâmica específica ao local. A aposta da Marinha Grande passará, inevitavelmente, pelo reforço dessa congregação de esforços, como modo de obviar a uma incipiente colaboração intra-empresarial. Aparentemente, os empresários estão de costas voltadas uns para os outros. A continuar assim, mais cedo ou mais tarde os reflexos dessa atitude vão fazer-se notar. Oxalá não seja tarde.

Notas

- 1 O trabalho foi desenvolvido pelos autores e inseriu-se numa perspectiva interdisciplinar envolvendo quatro cadeiras do 3º ano do curso de Sociologia do ISCTE: Economia Regional, Sociologia da Cultura, Sociologia das Classes Sociais e da Estratificação e História Contemporânea de Portugal. Para a cadeira de Economia Regional interessava-nos o estudo da lógica da estrutura produtiva; para as cadeiras de Sociologia da Cultura e das Classes Sociais e Estratificação procedemos a uma comparação entre práticas e consumos culturais dos trabalhadores de duas fábricas: uma de moldes e outra de vidros; para a cadeira de História Contemporânea de Portugal interessou-nos o estudo dos acontecimentos de 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande.
- 2 Santilli (1987) defende a existência de um modelo de desenvolvimento baseado na «concentração local» e assente no conceito de «pólo local ou regional». *O desenvolvimento não é planificado nem pelo alto nem pelo exterior, empreendimento bastante difícil em Itália devido a razões históricas e políticas, mas deixado à conta de iniciativas autónomas e espontâneas.*
- 3 Entende-se por *Fordismo* o regime de acumulação monopolista que se desenvolveu principalmente a partir da segunda guerra mundial e que, basicamente, assentava num novo modo de organização do trabalho (taylorista- *one best way*) cujo objectivo principal, como é sabido é o da obtenção de elevadas taxas de produtividade. Simultaneamente desenvolve-se uma nova norma de consumo assente no consumo de massas.
- 4 No número de Junho de 1986, a revista *Alternatives Économiques* publica um anexo intitulado *Les Principaux Éléments de la Théorie de la Régulation* onde se refere que a teoria neoclássica postulava que o livre funcionamento do mercado conduzia a um equilíbrio geral, e que, para os economistas da regulação, essa visão é errada: *o funcionamento de uma economia repousa sobre regras determinadas que se impõem ao conjunto dos actores. O mercado não é mais que um dos elementos de equilíbrio de conjunto. As regras colectivas (formais ou informais) desempenham um papel essencial.* Maria João Rodrigues (cf. 1987), por seu lado, refere que são cinco as formas institucionais básicas destacadas por estes autores nas suas pesquisas sobre a história das sociedades capitalistas: *as formas de concorrência, as formas de restrição monetária, as formas de Estado, a configuração da relação salarial e as modalidades de adesão ao regime internacional.* [...] o programa de pesquisa da corrente da regulação poderia resumir-se exactamente nisto: *na análise ao nível teórico e empírico de processos de génese, maturação e crise de modos de desenvolvimento capitalista*
- 5 Como nota Ferrão (cf. 1987) *a preocupação pelas realidades locais e o carácter de relativa especificidade que inevitavelmente se lhes associa podem traduzir-se por um retorno a investigações demasiado empíricas e parcelares.*

- 6 Como notam Pecqueur e Silva (1988), entre os fenómenos relevantes de uma dinâmica de desenvolvimento local, a industrialização difusa representa uma via de desenvolvimento onde o papel da socio-cultura local é particularmente importante, permitindo uma valorização dos recursos locais bem como um progresso sem ruptura por referência às raízes históricas.
- 7 Numa publicação de 1978 com as conclusões de um seminário realizado em França sob patrocínio do Commissariado Geral do Plano, cuja temática eram os problemas do emprego e do trabalho naquele país, afirmava-se a necessidade de abandonar a aproximação tradicional do mercado de trabalho à escala nacional devido à pressão dos factos. Com efeito, verificava-se que os níveis médios de salários divergiam de uma região para outra. Ao mesmo tempo constata-se a inadequação da divisão administrativa das regiões para a análise do mercado de trabalho, devido à falta de correspondência com a realidade. A relação salarial não dependia tanto dos constrangimentos de ordem nacional ou regional, como dos constrangimentos específicos localizados.
- 8 Em entrevista ao jornal *O Aprendiz* - 1º número do órgão informativo do Centro de Emprego da Marinha Grande
- 9 A Marinha Grande não só se especializou em três tipos de produção industrial com é o maior produtor nacional de dois deles: vidros e moldes.
- 10 Como nos referiu o Presidente da Câmara em entrevista que nos concedeu, *a Marinha Grande é a terra baliante dos vidros no país, é cá que estão os artífices do país.*
- 11 Um dos grandes problemas da indústria de moldes é a necessidade de pessoal altamente treinado e com formação escolar acima da média, capaz de operar com as novas tecnologias. São normalmente as próprias empresas que fazem ou pagam a formação dos seus trabalhadores, verificando-se entre elas uma competição no recrutamento, que faz com que os ordenados praticados nesta indústria se situem bastante acima da média nacional (embora nos refiram que isso se deve essencialmente ao trabalho extraordinário).
- 12 Segundo informações do técnico do Centro de Emprego da M.G., numa entrevista que nos concedeu, *não existia desemprego na Marinha Grande. Só não trabalhava quem não queria, o que se verificava era falta de gente para trabalhar. A indústria de moldes seria a grande responsável pelo dinamismo que se fazia sentir no concelho e tinha absorvido a mão-de-obra desempregada pela indústria vidreira.* Não obstante, os números relativos ao desemprego constantes das estatísticas mensais do Centro de Emprego, mostravam que no fim de Junho/88 os desempregados inscritos no Centro eram 1 081 enquanto as ofertas eram 105. Mesmo assim, estes valores eram dos melhores a nível nacional no mesmo período.
- 13 Garofoli (cf. Ferrão, 1987) *realçou, no âmbito dos processos de industrialização difusa em áreas periféricas de Itália, a crescente consolidação de «áreas-sistema» e «sistemas produtivos locais», isto é, áreas fortemente especializadas no seu conjunto [...] mas com uma acentuada divisão do trabalho entre empresas no seu interior [...]. Essa diferenciação interna tenderia a intensificar-se, gerando uma forte interdependência e complementaridade que se traduzem por um desenvolvimento global relativamente autónomo.*
- 14 A Marinha Grande goza da fama de ser uma terra revolucionária e um grande "bastião operário", característica esta muitas vezes associada a instabilidade, conflito e afrontamento social. O 18 de Janeiro de 1934 e a tentativa de greve geral contra a fascização dos sindicatos empreendida por Salazar terão, sem dúvida, contribuído para essa fama. Ora, o que nós pudémos constatar na pesquisa histórica que fizémos daquele acontecimento, foi que o relativo triunfo que se verificou na Marinha Grande em detrimento do fracasso a nível nacional, teve mais a ver com as sociabilidades internas da comunidade do que com a capacidade de mobilização dos dirigentes revolucionários. Como notaram os próprios dirigentes anarco-sindicalistas e comunistas, só na M.G. foi possível uma conjugação de esforços entre as duas correntes, e isso, como referiram abundantemente os sobreviventes por nós entrevistados, devia-se essencialmente ao facto de, antes das dissensões partidárias, estarem as relações de vizinhança.
- 15 Henrique Neto, o empresário melhor sucedido na indústria de Moldes, afirmava em entrevista ao jornal *Expresso*, num artigo publicado em 1987 intitulado *A Era dos Novos Empresários*, referindo-se à crise do vidro: *as crises não são mecanicistas, não se pode dizer que a culpa é toda destes ou daqueles. Mas os conflitos resultam, em grande parte, da incapacidade dos gestores das empresas. Para dirigir é preciso ver - e foi isso que eles não fizeram.*

- 16 Como nos afirmava o técnico do Centro de Emprego da M.G., as fábricas nasciam quase todas do mesmo modo: um grupo de trabalhadores especializados do sector juntava-se e criava uma fabriqueta. Ao princípio trabalhavam nos tempos livres e, só mais tarde, se as condições fossem boas, é que deixavam os empregos e começavam a trabalhar por conta própria.
- 17 O Presidente da Câmara queixava-se-nos de ainda hoje ser difícil mobilizar a população para actos que exigissem a sua presença, pois o dia de trabalho do operário era, normalmente, de 10/11 horas e o cansaço ao fim do dia era muito.
- 18 No que toca à dinamização dos agentes locais, é de referir a Feira de Actividades Económicas, que já conheceu três edições, como uma demonstração desse dinamismo. O município dispõe já de um local permanente dotado das infraestruturas necessárias à sua realização, prevenindo-se mesmo a sua internacionalização. O espaço coberto ocupa 2 000 m², tem três pavilhões e, mesmo assim, não permitiu a satisfação de todos os pedidos de participação no último certame, em que estiveram representadas 140 empresas de todos os ramos de actividade. De salientar ainda a existência no concelho de cerca de 50 associações recreativas, todas apoiadas pelo município, e de que se destaca o *Sport Operário Marinhense*, cujas instalações numa antiga fábrica de vidros são, a todos os títulos, exemplares. Aí se realizam actividades culturais que vão desde as escolas de música e ballet, passando pelas diversas classes de ginástica, até à apresentação dos mais diversos espectáculos, dispondo para isso de um magnífico auditório.
- 19 A.Peres Metelo na TSF em 8.03.90.

Bibliografia

- BAROSA, Joaquim (1977), *Memórias da Marinha Grande*, Leiria, Gráfica de Leiria
- FERRÃO, João (1987), "Indústria e território: breve história de uma união feliz", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22.
- FREMONT, A. (1980), *A região, espaço vivido*, Coimbra, Almedina.
- GALIBERT, Alain e PISANI-FERRY, Jean (1986), "Réflexions sur la théorie économique de la régulation", in *Alternatives Économiques*, número de Maio.
- GILLY, Jean Pierre (1987), "Espaços produtivos locais", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22.
- KAIIN, René (1987), "La nouvelle politique régionale des pays européens", in *Problemes Économiques*, nº 2049
- LIPIETZ, Alain (1977), *Le capital et son espace*, Paris, Maspero.
- LIPIETZ, Alain (1985), "Le national et le régional: quelle autonomie face à la crise capitaliste mondiale", Intervenção no seminário de Lesvos *Spatial Structure and Social Process*, Agosto 1985.
- PECQUEUR, Bernard (1986), "Crise économique: crise du discours sans l'espace", in *Economie et Humanisme* (Maio/Junho)
- PECQUEUR, Bernard e SILVA, Mário Rui (1988), "Industrialization diffuse et développement", Comunicação apresentada ao *Workshop on Depressed Regions in Mediterranean European Countries and Endogenous Development*, 2/3/4 Junho. (policopiado).
- REIS, José (1987), "Os espaços de industrialização", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*.
- RODRIGUES, Maria João (1987), "Sob o signo da crise: o contributo da teoria da regulação para as problemáticas do desenvolvimento", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 3, Lisboa, ISCTE/Europa-América
- ROURA, Juan R.Cuadrado (1988), "Cambios en el mapa economico-regional de España y decisiones de localización industrial", in *Economía Industrial*, Madrid, Ministerio da Indústria.
- SANTILLI, Giancarlo (1987), "La troisième Italie: Tribuna Valley", in *Temps Modernes*, número de Maio.